

MARIANA, DOIS ANOS DEPOIS

RAMON USARCA/ATA PRESS



O OURO QUE ACABOU NA LAMA

Desde o rompimento da Barragem do Fundão, João Batista de Oliveira **(foto)**, dona dos direitos minerários de ouro no Rio Doce, em Governador Valadares, não extrai um grama. Mostrando as mãos sujas de rejeitos de minério, ele conta que a avalanche de lama afundou seis de suas dragas e, com medo da contaminação, ninguém quer trabalhar no rio. "Estou devendo R\$ 300 mil e a Samarco não me reconhece como atingido", lamenta ele. Já quem voltou à pesca na região não consegue vender os peixes. É o que mostra a quinta reportagem do **EM** sobre os danos continuados da tragédia, que completa 24 meses no domingo. **PÁGINA 13**

AVISOS IGNORADOS

Mesmo alertadas, autoridades aprovam perigosa barragem, suspensa em seguida por liminar

Na manhã da última segunda-feira, o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) aprovou o licenciamento de barragem da Vale em Itabirito, a 55 quilômetros de BH, com capacidade para armazenar 3,2 vezes mais rejeitos do que o volume liberado por Fundão na tragédia de Mariana. Os alertas da única conselheira que votou contra, Maria Tereza Viana de Freitas Corujo, foram ignorados pelos demais e a aprovação foi quase unânime. Mas, à tarde, liminar em ação movida pelo MP suspendeu o empreendimento.

Os perigos apontados, entre outros, são a existência de três condomínios logo abaixo do local da barragem, onde não há tempo de intervenções em caso de rompimento, e o risco de ser atingida captação da Copasa no Rio das Velhas que abastece 3 milhões de pessoas na Grande BH. Para a conselheira, a liminar foi uma vitória. "Não se pode correr riscos", diz ela. A Vale afirmou que não comentará "questões judicializadas". A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) informou que espera notificação para as devidas providências.

***EM* é finalista de mais um prêmio**

Série de reportagens que alertou, quase quatro meses antes da tragédia com a barragem da Samarco, para a degradação do Rio Doce é finalista do Prêmio da Agência Nacional das Águas (ANA). Em “Rio Doce: Amarga agonia”, os repórteres Mateus Parreiras e Guilherme Paranaíba (textos) e Alexandre Guzanshe e Leandro Couri (imagens) percorreram as margens do manancial que corta Minas e o Espírito Santo até o Atlântico e revelaram impactos da mineração e dos desmatamentos. **PÁGINA 14**



MARIANA, DOIS ANOS DEPOIS

Tragédia da Samarco atingiu até o próprio ramo de mineração no leito. Dragas afundaram e trabalhadores têm medo do contato com a água. Pescadores também perderam seu trabalho



João Batista Oliveira e os marcos da ferrugem que afundou suas dragas: 'Não me reconhecem como atingido'

FABRIZIO/REDA PRESS

RIO DOCE

O SUSTENTO QUE A LAMA ENGOLIU

MATEUS PARREIRAS

Enviado especial

Conselheiro Pena e Governador Valadares – Às vésperas de completar dois anos, a tragédia de Mariana, considerada o maior desastre socioambiental da história do país, não prejudicou apenas o meio ambiente e populações inteiras no caminho da lama. Até mesmo pessoas do mesmo ramo da empresa responsável pelos danos, a mineradora Samarco, foram afetadas. Dono dos direitos para a extração de ouro em boa parte do Rio Doce, o minerador João Batista de Oliveira, de 46 anos, não consegue retirar mais um grama do metal precioso do manancial desde o rompimento da Barragem do Fundão, em 5 de novembro de 2015. “Seis das minhas dragas afundaram com o rejeito que veio pelo rio e a Samarco não

me reconhece como atingido. Até hoje não recebi nem uma garrafa de água. Como ninguém sabe se o rio está contaminado, não consigo gente para operar as dragas, nem investidores para tocar a mineração. Estou devendo R\$ 300 mil e com o nome sujo na praça”, lamenta o valadarense.

No município vizinho, Conselheiro Pena, quem tirava alguma renda com a venda dos peixes que fisgava no Rio Doce não consegue mais vender nada, apesar de a atividade estar liberada para espécies exóticas. “Ninguém compra peixes do Rio Doce, nem da região, com medo de estarem contaminados. Você não consegue vender nem se pescar em outros rios, porque está todo mundo desconfiado”, reclama o agricultor e pescador Jonas Ferreira de Souza, de 66. Enquanto isso, espécimes que foram salvos no dia que a lama passou pela região ainda estão em tanques, sem qualquer auxílio dos responsáveis pela

maior tragédia socioambiental do Brasil.

O caso dos peixes e da contaminação do rio são reflexos de falta de informação e de ações consideradas ainda muito tímidas no que diz respeito à reparação ambiental das áreas destruídas ou contaminadas. O próprio plano de recuperação de áreas devastadas pelo rompimento da Barragem do Fundão, que deve ser intensificado em 2018, prevê ações nos próximos 20 anos, mas especialistas estimam que o meio ambiente não se recuperará em menos de cinco décadas. “Há impactos gravíssimos que deverão persistir nos próximos 50 anos. A recuperação da microfauna, que é fundamental para o ecossistema, e também aquele material depositado entre as baixadas e os rios, que recircula com as chuvas, são impactos importantes, que precisam ser estudados e são de difícil solução”, afirmou o biólogo Carlos Joly, do Instituto de Biologia IB/Biota-Fapesp, da

No rastro da lama – O EM publica desde domingo série que retrata os danos sem fim provocados pelo rompimento da Barragem do Fundão. O dique que segue engolindo a memória de Bento Rodrigues, o novo pedido de extração de ouro em área que nem foi recuperado, a demora nas indenizações e o assoreamento do Rio Doce foram revelados pelas reportagens, que amanhã mostram a dor dos que perderam parentes.

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em evento sobre os dois anos do desastre.

O medo de mergulhar em um rio poluído e afetar, com isso, a sua saúde afugentou os últimos operadores de dragas que o minerador João Batista tinha trazido de Porto Velho (RO) para a região do Rio Doce. "Os trabalhadores têm de mergulhar e ficam até duas horas sondando o fundo do rio com a draga. Mas ninguém mais quer descer lá, com medo de pegar alguma doença, de morrer contaminado por causa do tanto de rejeito que ainda está no fundo. Minha atividade acabou", afirma. De acordo com ele, a maré de rejeitos que desceu pelo rio afundou suas dragas. "Parece que aquela lama enferruja os flutuadores das dragas mais rápido, e com isso eles se romperam, encheram de água e afundaram", lamenta.

O medo de quem não compra peixes pescados na Bacia do Rio Doce acaba sendo corroborado por estudos que atestam o alto grau de contaminação dos animais. De acordo com exames feitos pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), 60% dos espécimes coletados no Rio Doce, na região da Barragem de Baguari, em Governador Valadares, apresentavam contaminação por metais pesados como mercúrio, cádmio, chumbo e arsênio. "São contaminantes extremamente nocivos para a vida aquática e para a saúde humana também. Não devem ter sido desprendidos dos rejeitos em si, mas acumulados ao longo dos anos, principalmente das atividades minerárias nos rios do Carmo e Gualaxo do Norte. Isso tudo acabou sendo revolido do fundo pela lama quando desceu da barragem", afirma o professor de recursos hídricos da instituição, Alexandre Silvio Vieira da Costa. Relatórios do Igam também detectaram a presença de mercúrio na região em 2016.

Em Baguari, distrito de Valadares, o aposentado Elber Geraldo da Silva, de 54, diz manter pelo menos 20 mil peixes resgatados do Rio Doce em dois tanques que ficam em uma propriedade à margem do manancial. "Nem a Samarco nem a Renova nunca apareceram para dar nem um grama de ração para esses bichos. São os peixes que a comunidade salvou do Rio Doce e que estão dentro desse tanque há quase dois anos. Era para ser a chance de renovação do rio, mas ninguém liga para isso", lamenta.

DEPOIMENTO

MATEUS PARREIRA

REPÓRTER

A ilusão das águas claras

"A bordo do pequeno barco de madeira pilotado pelo pescador Jonas Ferreira de Souza, de 66 anos, atravessei a o Rio Doce, em Conselheiro Pena, até a chamada Ilha do Jonas. Minha última recordação do rio em um trecho próximo era de uma água vermelha, exalando cheiro de ferrugem por causa dos rejeitos. Desta vez, me impressionou o fato de as águas superficiais estarem límpidas a ponto de se enxergar o fundo. E era nesse fundo — um raso, na verdade, com menos de um metro de profundidade —, que estava o rejeito que veio de Mariana. Enquanto navegávamos, o minerador lamentava ter perdido tudo, porque não conseguia mais gente para mergulhar e operar as mangueiras das dragas. Era paradoxal imaginar que o medo da contaminação intimidava homens forjados na dureza dos garimpos de ouro, onde se usa clandestinamente até o perigoso mercúrio, a ponto de impedi-los de entrar num rio de águas claras que mal bate nos joelhos."

Renova faz defesa de ações de recuperação

A Fundação Renova informa que foram instalados 92 pontos de monitoramento da qualidade da água ao longo do Rio Doce e que a presença de peixes foi identificada, inclusive em locais onde os rios foram severamente impactados, mas ainda não há informações sobre a contaminação desses espécimes. A fundação também rebate a ideia de que pouco foi feito até o momento. De acordo com o diretor de programas da Renova, Marcelo Eduardo Figueiredo, uma área de 800 hectares já foi recuperada. "Nessa primeira etapa fizemos a reconformação geométrica (das calhas e das margens do rio), implantamos sistemas de drenagem nos 117 primeiros quilômetros, tudo isso com processos de bioengenharia", afirma. O plano de manejo dividiu os trechos de rios impactados em 17 áreas onde ocorrerão diferentes ações de recuperação. "As ações vão desde a retirada do rejeito até a

bioengenharia nas margens, drenagens nas áreas de recarga hídrica, revegetação de tudo nas planícies, cercamento, são diversos tipos de ações", afirma.

Das 10 mil nascentes identificadas ao longo do rio, mil foram cercadas, afirma. Uma área de 40 mil hectares será reflorestada a partir de 2018 em trechos ainda não divulgados. Sobre os peixes de Baguari, a Renova informou não ter informações sobre esses reservatórios, mas afirma que 1.100 animais domésticos e de criação impactados estão ainda sob a custódia da fundação em três fazendas. "Neste primeiro momento, as ações para a fauna silvestre são ainda as emergenciais, mas temos projetos prontos para serem executados com diversas entidades e que vão ser realizados levando em conta áreas de conservação e a continuidade dessas áreas", disse o presidente da Fundação Renova, Roberto Waack.



Veja no portal, em vídeo, o drama de quem tirava o sustento das águas do Rio Doce.

■ NOVA BARRAGEM

Processo de liberação de represa da Vale, que conterà até 3 vezes mais rejeitos que os do desastre de Mariana, ignorou alertas e foi aprovado no mesmo dia em que a Justiça avaliava a questão

Licença atropela advertências

GUSTAVO WERNECK

Vozes que ecoam no vazio, mas registram o sinal de perigo. A três dias de o maior desastre socioambiental do país completar dois anos – o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, provocou 19 mortos, devastou matas e poluiu a Bacia do Rio Doce –, alertas sobre a situação de outras estruturas de mineração com potencial para causar outras tragédias no estado continuam a ser ignorados. Suspenso na tarde de segunda-feira por liminar judicial, em ação movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o licenciamento da represa de rejeitos conhecida como Maravilhas 3, da Vale S.A., em Itabirito, também na Região Central, foi aprovado quase por unanimidade, na manhã do mesmo dia, pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). Contra a autorização, votou apenas a representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica (Fonasc-CBH), Maria Tereza Viana de Freitas Corujo – que advertiu sobre a discussão judicial relativa ao assun-

to. Na reunião da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), houve uma abstenção.

“A decisão judicial foi uma vitória, pois está coerente com a gravidade da situação em Minas. Não se pode mais correr riscos. Se não fosse a liminar, tendo em vista que o Copam aprovou o empreendimento e concederia as licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO), teríamos mais uma barragem de rejeitos de mineração pondo em perigo o meio ambiente e a vida da população. A cerca de 350 metros há condomínios e fazendas”, afirma Maria Tereza. Na edição de ontem, o **Estado de Minas** mostrou o projeto localizado em Itabirito, a apenas 55 quilômetros da capital e com capacidade 3,2 maior que a quantidade de lama vazada da Barragem do Fundão. Em Maravilhas 3 deverão ser depositados cerca de 108 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Maria Tereza diz que, durante a reunião, falou sobre a importância da suspensão da licença, mas foi voto vencido.

Segundo ela, as propriedades ficam na divisa de Itabirito com Nova Lima, perto

de três condomínios e três propriedades na “zona de autossalvamento”, assim chamada, destaca, “pois, em caso de um rompimento da barragem, não haverá tempo suficiente para uma intervenção” de agentes do poder público. O quadro também colocaria em risco trecho da rodovia BR-040, o Rio de Peixe, o Rio das Velhas e a própria captação de água da Copasa em Bela Fama, no distrito de Honório Bicalho, em Nova Lima, de acordo com a conselheira do Copam. A estação é responsável pelo abastecimento de 70% da população de BH, 90% de Nova Lima, 100% de Raposos e outros municípios, totalizando cerca de 3 milhões de pessoas ou 48% dos consumidores da Grande BH.

Preocupada com a situação e com os olhos voltados para o projeto da **Vale**, a conselheira da Câmara de Atividades Minerárias do Copam ressaltou que, nos últimos anos, houve quatro rompimentos de barragens de rejeitos em Minas, sendo os últimos a de Herculano, na própria cidade de Itabirito (veja mapa), e Fundão, em Mariana, que arrasou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou sérias conse-

quências em outros, como Paracatu de Baixo, no mesmo município, e na comunidade de Gesteira, em Barra Longa, na Zona da Mata.

MULTA A coordenadora do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (Caoma), promotora de Justiça Andressa de Oliveira Lanchotti, explica que a liminar determina que o estado de Minas Gerais “se abstenha de conceder qualquer licença ambiental relativa à Barragem Maravilhas 3 para a Vale”. Além disso, a decisão proíbe a empresa de praticar qualquer ato voltado à implantação do empreendimento, sob pena de configuração de crime de desobediência. A decisão foi concedida pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de BH, Michel Curi e Silva, que estipulou multa com valor mínimo e diário de R\$ 500 mil para o caso de descumprimento.

Resultado de inquérito civil instaurado com o objetivo de apurar possíveis danos ambientais, socioeconômicos e humanos relacionados à implantação da Barragem Maravilhas 3, a ação, segundo a promotora, foi ajuizada pelo MP em 26 de outubro. Isso ocorreu após a inclusão em pauta para deliberação na 14ª reunião extraordinária da CMI/Copam, do

procedimento administrativo para concessão das licenças de Instalação e Operação para a barragem de rejeitos.

“Trata-se de uma medida preventiva, que atende à reivindicação das comunidades. Agora será feita perícia judicial no local”, adiantou a promotora. Ela explicou que a Procuradoria-Geral de Justiça já havia recorrido administrativamente junto à Câmara Normativa e Recursal do Copam da decisão proferida pela Unidade Regional Colegiada (URC)/Rio das Velhas, que havia concedido Licença Prévia ao empreendimento, desconsiderando os riscos ambientais e sociais, inclusive de perdas humanas.

Conforme o MPMG, “o parecer elaborado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana (Supram), que subsidiou a concessão da licença URC/Rio das Velhas, relatou a existência de população a jusante, ou seja, abaixo da área projetada para a barragem”. E mais: “Esses núcleos populacionais se encontram-se na chamada zona de autossalvamento. Nesse local, não há tempo para uma intervenção das autoridades competentes em caso de acidente com a estrutura de contenção, que foi o que ocorreu, há dois anos, em Bento Rodrigues, com o rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco”.

37 EM RISCO, DIZ MP

Há poucos dias de completar dois anos do maior desastre ambiental na área de mineração, que foi o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, o fantasma de nova ocorrência semelhante não está exorcizado em 37 outros reservatórios do tipo. Pelo menos é o que afirmou ontem a promotora de Justiça Andressa Lanchotti, coordenadora da força-tarefa que atua no desastre da Samarco, em mais uma edição do projeto virtual “MP Responde”, do Ministério Público de Minas Gerais (MPE-MG). Segundo a promotora, de 400 barragens de rejeito no estado, cerca de 10% delas merecerem especial atenção do órgão. “Afirmar com certeza quais barragens estão em situação de risco é uma situação muito difícil. Mas temos alguns critérios, como o inventário da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), de 2016, estudos do MP com indicadores de quais estruturas estão em risco e dados estatísticos de processos e inquéritos civis, e então chegamos ao número de 37 barragens. Mas não dá para falar com segurança que, além dessas, não tenhamos outras.”

EMPREENHIMENTO POLÊMICO

Confira características da barragem que a Vale luta para implantar



Local: Itabirito

- Área: **454,22 hectares**
- Capacidade: **109 milhões de metros cúbicos** (como comparação, vazaram da Barragem do Fundão, em Mariana, **34 milhões de metros cúbicos de rejeitos** de minério de ferro)
- Vida útil: **6 anos**
- Objetivo: disposição de rejeitos de minério de ferro (forma de polpa) das minas do Pico e Vargem Grande
- Elevação final da crista: **1.306 metros**
- Maciço final: **altura máxima de 86m**
- População na área crítica: **dois condomínios residenciais e quatro fazendas**
- Ameaça a manancial: **Segundo o Ministério Público, em eventual rompimento, a onda de rejeitos tem potencial para atingir a captação de água da Copasa em Bela Fama (Nova Lima), que responde por 48% do abastecimento da Grande BH**
- Classificação: **classe 3** (alto potencial de dano ambiental devido à altura e outros fatores)

MP quer tecnologia com mais segurança

A promotora Andressa Lanchotti esclareceu ainda que o procedimento administrativo relativo às licenças de Instalação e Operação de Maravilhas 3 foi avaliado sem que fossem adequadamente observados pressupostos como alternativas tecnológicas e de localização, considerando os riscos à população situada na zona de autossalvamento e os riscos ao abastecimento público na Região Metropolitana de BH; eventuais riscos geológicos; incongruências apontadas quanto ao estudo de ruptura hipotética da barragem; além de razoabilidade e proporcionalidade na avaliação dos impactos socioambientais do empreendimento em relação ao tempo de vida útil da barragem (seis anos) e à duração prevista do empreendimento mineral (até o ano de 2050).

Para Andressa Lanchotti, a adoção de alternativa para o depósito de rejeitos, que não por meio de barragem de contenção, é um dos aspectos a serem mais discutidos para aprovação do

empreendimento da Vale. "O MP entrou com a ação judicial contestando o licenciamento ambiental dessa barragem de Itabirito, pois entendemos que deveriam ser esgotada as discussões e avaliações referentes à existência de tecnologias de menor risco. No nosso entendimento, esse estudo não foi totalmente feito no processo de licenciamento ambiental. Queremos a suspensão, a não emissão de qualquer licença", pontuou a promotora.

A Vale S. A. informou, ontem, que "antecipadamente, se deu por intimada da decisão, porém não comentará questões judicializadas". Já a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que tem seu titular como presidente da Copam e cujo corpo funcional estava ontem em período de recesso, disse, via assessoria, que até a noite de terça-feira não havia sido notificada da decisão. Ao chegar ao governo, o documento será encaminhado à Advocacia-Geral do Estado e, na sequência, à Semad para as providências.

A ação é assinada, além de Andressa, pelo promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de BH, Marco Antônio Borges, pela promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da comarca de Itabirito, Vanessa Campolina Rebello Horta, pelo coordenador das Promotorias de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Velhas e Paraopeba, Francisco Chaves Generoso, e pela coordenadora estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, Marta Alves Larcher.

RIO DOCE: AMARGA AGONIA

Série do **EM** está na final do Prêmio ANA

Com um alerta emitido quase quatro meses antes de o maior desastre socioambiental do país arrasar um Rio Doce já à beira do colapso, a série do **Estado de Minas** que denunciou a degradação do manancial tornou-se finalista do Prêmio da Agência Nacional das Águas (ANA), às vésperas de a tragédia de Mariana completar dois anos. As reportagens mostraram a situação de penúria de um curso d'água que, de tão poluído e assoreado não conseguia mais sequer desaguar no mar em sua foz original, situação verificada pela primeira vez na história.

Em "Rio Doce: Amarga agonia", série veiculada a partir de 12 de julho de 2015, os repórteres Mateus Parreiras e Guilherme Paranaíba (textos) e Alexandre Guzanshe e Leandro Couri (imagens) percorreram as margens desmatadas do

manancial que corta Minas Gerais e o Espírito Santo até o Oceano Atlântico. Pelo caminho, revelaram impactos como o da mineração e dos desmatamentos em áreas de preservação e alertaram para a necessidade de conservação daquele que é um dos mais importantes mananciais brasileiros, antes de seu curso ser pavimentado pelos quase 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro liberados pela Barragem do Fundão.

"A agonia do maior curso d'água do Sudeste brasileiro chegou ao patamar mais crítico da história. Sem força, as águas do Rio Doce, que nascem em Minas Gerais e atravessam o estado até o Espírito Santo, não deságuam mais no Oceano Atlântico no ponto tradicional. Considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o 10º mais poluído do país, o manancial chegou a

um estágio tão grave de seca e assoreamento que a foz – que se alargava por 380 metros de comprimento e tingia a costa capixaba de sedimentos cor de barro – recuou 60 metros continente adentro e se encontra agora como uma lagoa, represada por uma faixa de areia grossa de dois metros de altura", descreveram os repórteres Mateus Parreiras e Guilherme Paranaíba, ao apresentar a situação do curso d'água em Regência Augusta, um distrito do município de Linhares (ES).

"Rio Doce: Amarga Agonia" é um dos três finalistas da categoria impresso/site, disputada ainda por trabalhos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. As reportagens chegaram a essa fase na edição mais disputada do prêmio, com recorde de 608 inscrições, que teve 47 semifinalistas nas áreas de Organizações Cívicas, Pesquisa e Inovação, Empresas, Ensino, Governo e Imprensa. A premiação ocorre entre 4 e 6 de dezembro, quando um painel com os mais importantes projetos nacionais sobre as águas será realizado na sede da ANA, em Brasília.



Reportagens mostraram a degradação do curso d'água que deixou de chegar ao mar pela foz original